

A NATUREZA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

CARTILHA DA VIA CAMPESINA



EXPEDIENTE

A Cartilha “ **A NATUREZA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL**” é uma publicação da **Via Campesina Brasil**

Secretaria Operativa

Edifício City Bank, nº 194/3º

SCS, quadra 6 - bloco A

70300-500 - Brasília - DF

Telefax: (61) 322-5035

viacampesina@terra.com.br

Ariovaldo Umbelino de Oliveira - USP
João Pedro Stedile
Fórum Nacional de Reforma Agrária

maio de 2005

SUMÁRIO

Apresentação	5
I- A evolução histórica da agricultura brasileira.....	7
1. O modelo agro-exportador	7
2. O modelo de Industrialização dependente.....	8
3. O modelo agrícola dentro do neoliberalismo: o agronegócio	14
II- Natureza do agronegócio no Brasil	25
1. O que é o agronegócio	25
2. A falsa propaganda e a sua aliança de classe	27
3. As influências do agronegócio no governo Lula....	30
4. O debate nos meios acadêmicos e jornais	32
5. O peso real do agronegócio na agricultura brasileira.....	34
III - As perversidade do agronegócio	39
1. As denúncias contra fazendeiros do agronegócio	39
2. Escravidão: paradigma do agronegócio?	45

APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros, militantes dos
movimentos sociais do campo

O objetivo dessa cartilha é reunir informações que permitam aos nossos militantes entender a evolução da organização capitalista da agricultura brasileira e a natureza desse novo modo de organizar, que a classe dominante vem chamando de *agronegócio*.

Agronegócio é qualquer operação comercial realizada com produtos agrícolas, mas no Brasil, virou a denominação de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca mão-de-obra, com monocultura, que se especializam nas exportações.

Somos bombardeados, diariamente, com a propaganda sobre os fantásticos benefícios desse modelo de agricultura; assim, procurou-se analisar as verdadeiras características desse modo de produzir e seu antagonismo com a forma dos trabalhadores de organizar a produção de alimentos, o bem estar da população rural e sua fixação no meio rural.

Demonstramos com dados estatísticos, reunidos pelos estudiosos durante a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária que a importância e participação desse *modelo do agronegócio* na produção, no consumo de máquinas agrícolas e no emprego rural é bem menor do que a propaganda, e que a

agricultura camponesa é ainda a solução dos problemas sócio-econômicos do meio rural.

Apresentamos, também, algumas denúncias que espelham como alguns fazendeiros do agronegócio se comportam, com seus crimes contra os trabalhadores, contra fiscais do Ministério do Trabalho e contra o meio ambiente.

Esperamos que o estudo e o debate da cartilha nos ajude, a entender melhor a verdadeira disputa que existe na nossa sociedade. A disputa entre dois projetos políticos: um que subordina nossa economia e nossa sociedade, nossa cultura ao capitalismo internacional, aos bancos e transnacionais, e que tem sua versão agrícola no *agronegócio* e um outro projeto de desenvolvimento nacional que coloque no centro das prioridades da economia: o trabalho, o bem-estar das pessoas e a distribuição de renda, que tem na sua versão agrícola, a implementação da reforma agrária e o predomínio da agricultura camponesa.

Essa é a decisão que a sociedade brasileira precisa tomar, e essa decisão perpassa as universidades, os intelectuais, a imprensa, as igrejas, os setores organizados de nosso povo e o próprio governo Lula.

Bom estudo!

SETOR DE FORMAÇÃO DO MST VIA CAMPESINA

I. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

1. O modelo agroexportador

Se olharmos para nossa história, podemos ver que nesses 500 anos de colonização, e de formação da civilização brasileira e de ocupação de nosso território, tivemos a rigor apenas três grandes modelos econômicos adotados na nossa economia e na nossa agricultura. Esses modelos econômicos foram variações, formas particulares de organizar a produção dos bens e mercadorias em nossa sociedade, sob a égide do modo de produção capitalista, imposto a este território e a nossa sociedade desde que aqui chegaram os europeus em 1500.

No período histórico conhecido como colonialismo, quando fomos colônia de Portugal, e que grosso modo vai de 1500 até quase o final do século 19, ou seja, até a proclamação da República, toda a produção de nossa sociedade era organizada em torno da produção de produtos agrícolas destinados à exportação para a metrópole européia. Assim, o colonizador impôs ao nosso povo e ao nosso território que a prioridade era produzir bens de que eles precisavam e não do que o nosso povo precisava. As melhores terras, as mais férteis, as mais próximas do litoral e dos portos de navios, foram induzidas para que se produzissem os produtos de que eles precisavam. E aqui se implantou então as culturas de verão, que a Europa não conseguia produzir em função do seu rigoroso inverno. E toda a economia passou a funcionar em torno do cultivo da cana, do algodão, da pecuária extensiva,

para exportar o couro (a carne não lhes interessava), do cacau e, mais tarde, do cultivo do café. E também a extração dos minérios que lhes interessavam, basicamente o ouro e a prata.

O capitalista-colonizador organizou uma forma particular de produzir dentro das fazendas. E nos impuseram a chamada fazenda plantation, que tem as seguintes características: grandes extensões de terra, monocultura (especializando-se numa só atividade), venda para mercado externo e o principal: a utilização do trabalho escravo!

Essa foi a forma predominante da organização da produção e da nossa sociedade. Daí resultaram basicamente três classes sociais: a oligarquia rural, que se dedicava a controlar as fazendas; a nobreza, que atuava em torno das atividades administrativas e burocráticas do Estado e da monarquia; e o povo, formado pelos trabalhadores escravizados e pelo contingente de povos indígenas dispersos, que não aderiram a esse tipo de “sociedade”, pois significava o seu extermínio enquanto povos nativos.

A dependência de nossa agricultura e de nossa economia do exterior era tão grande que as primeiras estatísticas realizadas pelo Banco do Brasil, em meados do século 19, revelaram que chegávamos a exportar mais de 80% de tudo o que se produzia na agricultura em nosso território.

2. O Modelo de industrialização dependente

O modelo agroexportador entrou em crise no final do século 19, por muitas razões. De forma resumida, a crise foi provocada em função das próprias contradições surgidas do modelo. E, assim, a fuga dos escravos deixava as fazendas sem a base de exploração da mão-de-obra. O crescimento da nossa

população e sua urbanização gerava novas necessidades e não se podia continuar dependendo de comprar tudo na Europa, como acontecia até então. A gota d'água foi a eclosão de guerras na Europa, que interromperam o comércio internacional de produtos agrícolas. E os preços, então, despencaram.

Essa crise vai se aprofundando, começam a surgir fábricas, aumenta o processo de urbanização e a necessidade de produzir alimentos. E tudo isso eclode numa crise política, chamada de revolução de 1930, quando a nascente burguesia industrial brasileira destrona a oligarquia rural (apelidada de política do café-com-leite) e muda-se então o modelo econômico predominante. Passa-se a implementar o processo de industrialização. Ou seja, o esforço agora da sociedade era para instalar fábricas. Para produzir mercadorias de origem industrial.

Esse processo de investimento em novas fábricas se deu com o casamento de três capitais: o capital de origem nacional (da oligarquia exportadora de café etc.), o capital estatal (representado pelo dinheiro que o governo recolhia em impostos), e o capital estrangeiro. E assim começaram a vir para o Brasil as primeiras empresas transnacionais para implantarem suas fábricas, com suas filiais, ou se associando a grupos de capitalistas brasileiros, ou mesmo se associando ao Estado.

Em função dessas características, o modelo recebeu vários nomes, como modelo de desenvolvimento industrial, ou modelo nacional desenvolvimentista; mas vamos usar a definição do querido Florestan Fernandes, que o chamou de “modelo de industrialização dependente”, porque foi um processo rápido de instalação de fábricas, mas dependente do capital estrangeiro.

Com esse modelo, surgiram algumas mudanças econômicas importantes no meio rural. Acabou-se a escravidão, mas os negros não se transformaram em camponeses. Por causa da Lei de Terras, de 1850, os ex-escravos ficaram excluídos do acesso à terra, pois a lei somente permitia ter acesso à terra quem tivesse dinheiro para comprá-la e regularizá-la como propriedade privada, perante a Coroa. Os trabalhadores escravizados, liberados assim da agricultura, migraram para as cidades, em especial para as cidades portuárias, que eram as únicas que tinham trabalho que exigia apenas força física, nenhum conhecimento nem escolarização – ou seja, carregar e descarregar navios.

Em substituição à mão-de-obra escrava, o governo fez propaganda na Europa e atraiu mais de 1,6 milhões de camponeses pobres, que vieram para trabalhar na terra. Vieram da Itália, Áustria, Alemanha, Espanha e Portugal, no período de 1875 a 1930.

E com eles surge uma nova classe, a dos camponeses, dos pequenos agricultores.

No Nordeste do país, formou-se o campesinato com outra origem: os trabalhadores agrícolas de origem mestiça, que não podiam ser escravizados, mas que não tinham direito à terra. Eles iam se embrenhando pelo sertão adentro, em busca de terras públicas nas quais pudessem cultivar e sobreviver com suas famílias, sem serem molestados pelos fazendeiros da plantation.

Qual era o papel desse novo setor de economia agrícola familiar, dos camponeses, durante o modelo de industrialização dependente?

Basicamente três:

- a) produzir alimentos baratos para alimentar a nascente classe dos operários, que trabalhavam nas fábricas;
- b) produzir matéria-prima para essas fábricas, seja como energia, seja para o surgimento das primeiras agroindústrias;
- c) fornecer mão-de-obra barata para trabalhar nas fábricas.

De outro lado, embora a prioridade fosse a implantação da indústria em território brasileiro, as classes dominantes mantiveram intacto o setor da oligarquia rural, que continuou com grandes fazendas dedicadas à exportação. Esse setor de fazendeiros da exportação, primeiro, substituiu sua mão-de-obra escrava pelos colonos europeus, implantando a relação social chamada de “colonato”, em que o migrante era uma espécie de parceiro: recebia casa, um pedacinho de terra e ganhava parte da produção da grande fazenda. Ou seja, não recebia salário. Mais tarde, as fazendas foram se modernizando, expulsando os colonos e introduzindo as máquinas e o trabalhador assalariado puro.

A lógica da manutenção desse tipo de produção agrícola voltada à exportação atendia aos interesses da classe industrial, que precisava de divisas, em moeda estrangeira, obtidas com as exportações agrícolas, para poder comprar as máquinas de que as fábricas precisavam.

Durante esse período do modelo de industrialização dependente, ocorreram transformações profundas em todo o modo de produzir na agricultura, seja nas pequenas unidades

de produção dos camponeses, seja nas grandes fazendas dedicadas à exportação.

A mudança fundamental que a economia introduziu foi a dependência e a subordinação da agricultura à indústria. Ou seja, a lógica, o jeito de produzir na agricultura passou então a estar subordinado aos interesses do capital industrial.

Num primeiro momento, o capital industrial produziu e introduziu na agricultura as máquinas e as ferramentas agrícolas produzidas, em escala, pela indústria. Desse modo, a agricultura foi aumentando a produtividade do trabalho agrícola com a mecanização.

Em seguida, a indústria foi produzindo e introduzindo insumos para serem utilizados na agricultura. Assim a indústria começou a produzir e a vender aos agricultores: adubos químicos, venenos, (herbicidas, pesticidas, fungicidas...) de todos os tipos. Esses insumos, que antes eram produzidos na própria agricultura, agora passaram a ser produzidos e comercializados pela indústria.

A terceira transformação foi a introdução da agroindústria de alimentos. À medida que o país ia se urbanizando, as cidades crescendo, crescia também o número de consumidores de alimentos. E as cidades foram ficando cada vez maiores e mais distantes dos centros de produção dos alimentos. Então, a agroindústria foi decorrente da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, para poder conservar os alimentos, transportá-los a grandes distâncias e ainda armazená-los nas cidades para posterior consumo.

Os agricultores deixaram de fornecer diretamente aos consumidores. Surgiu, no meio, não apenas o feirante, o

comerciante, mas surgiu o agroindustrial. Os agricultores passaram a produzir apenas matérias-primas para a indústria.

Assim, a agroindústria foi também impondo normas, condições e padronizando os alimentos, criando novos hábitos entre os consumidos, sem nenhuma ingerência dos agricultores ou dos consumidores. Os camponeses, que antes vendiam os alimentos nas feiras ou os entregavam diretamente aos consumidores, foram sendo impedidos de assim proceder, ou pelos preços, ou por normas fiscais e sanitárias que o governo impunha, influenciado pelas agroindústrias.

Por outro lado, o Estado brasileiro, por meio dos governos, foi impondo e controlando os preços dos produtos agrícolas, que representavam uma dupla exploração dos camponeses. Eles eram obrigados a vender seus produtos (e, portanto, seu trabalho embutido neles) por preços baixos administrados pelo Estado, para garantir que, via agroindústria, a cesta básica (alimentos básicos) chegasse à classe operária urbana a baixos preços. E com um custo controlado da reprodução dos alimentos, o governo mantinha um salário mínimo baixo para a classe operária, garantindo assim o processo de altas taxas de lucro para a indústria, sua acumulação e ampliação enquanto capital industrial. Então, os camponeses eram explorados, no seu trabalho, pelo preço imposto aos seus produtos, para viabilizar a exploração, com baixos salários, da nascente classe operária, que em sua maioria era formada por filhos desses camponeses.

Todo esse processo foi chamado de “modernização dolorosa” por diversos estudiosos que descreveram o mecanismo de desenvolvimento capitalista da agricultura nesse período. Ou seja, a agricultura se modernizou e aumentou a

produtividade física da lavoura, a produção por hectare. Aumentou a produtividade do trabalho na agricultura. Menos trabalhadores, com máquinas e insumos químicos, passaram a produzir muito mais produtos.

Mas essa modernização trouxe, como consequência social, o êxodo rural e o aumento da pobreza e da desigualdade social no meio rural.

No período de 1970 a 1990, em apenas duas décadas, quando se acentuou a implantação desse modelo, quase 30 milhões de brasileiros deixaram o meio rural brasileiro e migraram para as cidades, em busca de alternativas, porque a agricultura não mais lhes oferecia possibilidade de sobrevivência.

3. O modelo agrícola dentro do neoliberalismo: o agronegócio.

3.1. Transição e crise

O modelo de industrialização dependente submeteu e subordinou a agricultura brasileira à sua lógica. No entanto, como modelo, entrou em uma crise grave, no início da década de 1980. Foi uma crise do processo de acumulação do modelo como um todo, que afetou também a agricultura como um todo.

O resultado dessa crise foi a mudança do regime político. E todos estão lembrados que se desencadeou, então, um reascenso do movimento de massas, que levou à queda da ditadura militar (1984) que, durante 20 anos (1964-1984), havia sustentado aquele modelo econômico.

Mas a mudança de regime não foi suficiente para alterar o modelo econômico predominante na economia brasileira.

Foi assim que, apenas em 1990, com o governo Collor e posteriormente consolidado com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as elites brasileiras se reunificaram para implementar um novo modelo econômico no país. Um modelo que buscasse a acumulação de capital, novas taxas de crescimento da economia, através da subordinação da economia brasileira ao capital internacional. Não era apenas aliança, como aconteceu no início da industrialização: agora era subordinação. E o capital internacional não era mais hegemônico pelo capital industrial. Agora, quem controlava o processo de acumulação do capitalismo no nível internacional era o capital financeiro: os bancos, embora continuassem associados com o capital industrial em grandes corporações e grupos econômicos.

Então, a partir de 1990, a economia brasileira passou a sofrer mudanças – do controle/ingerência pelo capital financeiro internacional que passou a comandar nossa economia.

Esse novo modelo econômico exigia liberdade total para o funcionamento do capital estrangeiro e financeiro. Sem controle do Estado. Sem controle da sociedade ou regras nacionais. E liberdade total para explorar os trabalhadores e os consumidores.

Por isso, autoproclamou-se de “neoliberalismo”, que significa “nova liberdade”. Na verdade, foi uma nova liberdade total – mas apenas para o capital.

3.2.Quais são as características principais desse modelo para agricultura

O domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia como um todo representa também um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura.

E é esse modelo, esse plano da classe dominante que está sendo aplicado na agricultura nesses últimos anos.

É claro que se trata de uma lógica determinada por esse modelo. Trata-se de um plano. Mas ele atua de forma diferenciada, de acordo com as regiões, de acordo com os produtos, de acordo com as reações dos camponeses e dos trabalhadores.

Mas aqui, o importante é entendermos quais são as características principais desse novo modelo agrícola, que vem sendo aplicado nas últimas duas décadas, sob a égide do capital financeiro internacional.

a) Controle do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais.

Com o modelo econômico, em geral, subordinado às empresas transnacionais, o que aconteceu é que essas empresas passaram a controlar agora o comércio agrícola, em especial o comércio dos grãos, ou, como eles chamam, das commodities – que é uma palavra inglesa, relativa a todas as mercadorias agrícolas padronizadas, homogêneas. Como, por exemplo, a soja, o milho, o trigo, o algodão. São produtos que são padronizados e são iguais em todo o mundo. Então, as transnacionais controlam o comércio internacional desses produtos. E passaram a controlar o comércio interno, no Brasil também. Ora, os agricultores brasileiros são estimulados a produzir esses produtos de exportação. Mas

as empresas é que controlam o comércio, compram os produtos e controlam as exportações. E ficam com maior parte da taxa de lucro.

E, por outro lado, ao controlarem o comércio de forma monopólica, porque são poucas empresas, que também manipulam as bolsas internacionais, elas acabam impondo e controlando os preços internacionais. Os agricultores, as cooperativas, mesmo os grandes comerciantes brasileiros não conseguem mais influir no preço. Mesmo quando enfrentamos problemas climáticos, eles trazem produtos de fora e, assim, o agricultor não tem nenhuma compensação no preço, quando a produção é menor.

b) Estimulo a implantação de grandes fazendas para grãos e exportação

Há um estímulo à implantação de grandes fazendas, de 5, 10 mil hectares, com alta tecnologia, mecanização, pouca mão-de-obra, baixos salários, que, por atuarem em monocultura e em grandes extensões, conseguem produzir a baixos custos, com alta produtividade. A maior parte dessas fazendas dedica-se apenas aos produtos de exportação.

E mais recentemente eles se autodenominaram de AGRONEGÓCIO.

Está havendo também uma tendência para transferir a produção de grãos do Sul (RS, SC, PR), para o Centro-Oeste. O Mato Grosso já é o maior produtor brasileiro de soja, de algodão. E em breve será de milho, girassol etc.

Para viabilizar essas novas grandes fazendas, os governos estaduais do MT, RO, estão entregando terras públicas de graça e o Banco do Brasil financia a mecanização e a

irrigação. E, com recursos subsidiados do BNDES no programa chamado de “Moderfrota”, o governo está usando dinheiro público, ou de origem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), na ordem de 20 bilhões de dólares anuais, para implementar todo esse processo das fazendas do agronegócio.

Há também investimentos públicos e privados para criar novos corredores de exportação pelo Centro-Oeste e Norte do país. Assim, essa produção seria enviada para o exterior via o porto de Madeira-Itacoatiara, no Amazonas; os portos de Santarém, Belém e São Luís, no Norte; e ainda será criado um canal fluvial pelo rio Paraguai, no Pantanal, para exportar pelo Sul.

c) Mudanças na agroindústria

A agroindústria está sofrendo grandes mudanças determinadas por esse modelo econômico.

Primeira mudança: as maiores agroindústrias estão comprando várias pequenas e médias empresas do setor; com isso, o controle da produção é concentrado em apenas alguns grupos econômicos.

Segunda mudança: está havendo um processo de desnacionalização, ou seja, as grandes empresas que estão comprando as menores, ou mesmo outras grandes empresas brasileiras, são grupos econômicos transnacionais.

Terceira mudança: a forma de se relacionar com os produtores integrados na agroindústria, fornecedores da matéria-prima (como frangos, suínos, aves, frutas, leite etc.): antes, o modelo integrava o maior número possível de pequenos agricultores, porque isso era uma forma de aumentar a produção. Agora, as empresas estão num

processo de seleção, vão manter apenas os maiores produtores, com mais capital, que consigam produzir a preços menores. Com isso, milhares de pequenos agricultores serão abandonados à própria sorte e não terão mais para quem entregar sua produção.

Um dos processos de maior concentração, por exemplo, está acontecendo na agroindústria do leite. Temos, no Brasil, em torno de 1,3 milhões de pequenos agricultores que fornecem, em média, 30 litros de leite por dia para a indústria. Mas as empresas querem diminuir o número de produtores e aumentar a produção: sua meta é aumentar a média para 700 litros diários de cada produtor e diminuir o número de produtores integrados para apenas 300 mil em todo o país. Quarta mudança: em alguns setores da agroindústria, as empresas também passam a produzir a matéria-prima. O caso mais emblemático é a empresa Carols, estadunidense, que está instalando, no Mato Grosso, uma fazenda para 15 mil porcas criadeiras, um frigorífico e plantio de milho para produzir a ração. E, com isso, vai produzir mais de 200 mil suínos por ano, numa única área. E toda essa produção será enviada para os Estados Unidos, ficando no Brasil apenas a poluição. Imaginem o grau de poluição produzida pela criação de 200 mil porcos numa única fazenda!

Quinta mudança: esta talvez seja a mais grave mudança do ponto de vista histórico. Como há um domínio completo das empresas transnacionais sobre a agroindústria brasileira, elas estão tratando de impor a padronização dos alimentos. Essas empresas desenvolvem, em seus laboratórios no exterior, um processo de padronização de tipos iguais de alimentos, que passam a adotar em todo o

mundo, para poder ter mais escala de produção, as mesmas propagandas e os mesmos resultados. E, assim, vão destruindo hábitos alimentares locais e impondo seus “alimentos” apenas para ganhar dinheiro. Isso é uma estupidez completa, pois afeta a cultura e a tradição das populações que desenvolvem seus hábitos alimentares, sua comida, sua cultura. E, por outro lado, pode ter conseqüências na saúde das pessoas, pois todos sabemos que os alimentos são fundamentais para manter a saúde, e que suas características estão relacionadas com o meio ambiente onde são produzidos e onde as pessoas vivem. Hoje, por exemplo, há centenas de alimentos padronizados nas prateleiras de supermercados feitos à base de farinha de soja, e as pessoas não têm nenhuma idéia de sua composição.

d) A destruição do papel do setor publico agrícola

Em todo o mundo, o Estado tem um papel fundamental no apoio à agricultura, porque os agricultores não têm controle da produção. Ela depende da natureza, porque o ciclo agrícola demora meses para produzir um produto, não é diário ou imediato como uma fábrica de sapatos, e porque produzem a mercadoria mais importante de uma sociedade – o alimento.

Pois bem, então o Estado, por meio dos governos, procura viabilizar os agricultores, com preços justos, armazenagem, silos, menos impostos, subsídios, créditos para produção, assistência técnica, pesquisa agropecuária e até seguro. Isso é o chamado setor público agrícola

No Brasil, durante os governos Collor-FHC, o Estado fez justamente o contrário: retirou-se da agricultura. E essa é a

herança maldita que o governo Lula recebeu na agricultura. Tudo foi privatizado: os armazéns, o crédito, o transporte, a assistência técnica, o Estado não controla mais os preços mínimos etc. Ou seja, o Estado brasileiro se retirou da agricultura. E o novo governo não tem mais como ingerir na política agrícola. Precisa antes reconstruir os instrumentos de apoio e de intervenção do Estado na agricultura.

Na ideologia do atual modelo, o mercado é que deve regular os agricultores. Ora, o mercado significa na prática as grandes empresas. Ou seja, o governo deixaria os pequenos agricultores à mercê das grandes empresas. E, portanto, certamente haverá um processo de exploração ainda maior e de enfraquecimento da agricultura familiar e camponesa.

e) Um novo modelo tecnológico

Está em curso nesse modelo uma mudança no padrão de tecnologia a ser utilizado para produzir na agricultura brasileira. No modelo de industrialização dependente, o objetivo era desenvolver as indústrias; então, se aplicou na agricultura a chamada revolução verde, que era, na verdade, a disseminação entre os agricultores do uso de adubos químicos, venenos, agrotóxicos em geral, máquinas agrícolas etc. Enfim, os agricultores obtinham aumento da produtividade agrícola com base na aplicação de insumos e técnicas determinada pela indústria.

Bem, esse modelo atingiu seu limite de aumento da produtividade física da produção por hectare e, de certa forma também, de aumento da produtividade do trabalho por hectare. Não adianta aumentar o volume de adubo, que a produtividade não aumenta, e assim por diante.

Então, está em curso um novo modelo tecnológico para aumentar a produtividade da agricultura. Esse modelo está baseado nas técnicas desenvolvidas pela biotecnologia. Ou seja, aumentar a produtividade por meio de novas e melhores variedades de plantas. Por meio de novas e melhores raças de animais. E essas técnicas são desenvolvidas em laboratório, para identificar quais os genes que determinam as características mais produtivas de cada planta, e desenvolver mais esses genes.

Qual o problema da biotecnologia?

Aparentemente, é uma coisa boa aumentar a produtividade das plantas e dos animais. O problema está em que essa biotecnologia é hoje controlada não mais pela Embrapa, pelo Estado, ou pelos próprios agricultores – que desenvolviam experiências empíricas nas suas lavouras, descobrindo as características mais produtivas de cada planta e fazendo os cruzamentos genéticos. Agora, todo esse processo é controlado por alguns grupos econômicos, que usam essas tecnologias para manter o agricultor cativo de suas sementes, de suas variedades. E, por outro lado, como há uma lei de patentes que permite que as empresas registrem as plantas desenvolvidas como propriedade privada, com essa lei, as empresas controlam todo o processo produtivo, e ainda cobram taxas – os chamados royalties – de quem quiser utilizar a sua técnica, aumentando, assim, a exploração dos agricultores.

Portanto, a biotecnologia nesse modelo, em vez de ser usada para democratizar o conhecimento e fazer com que toda a sociedade se beneficie, na verdade, vem sendo utilizada para que as empresas – e no caso, empresas multinacionais – aumentem seus lucros.

Por outro lado, há o grave problema dos transgênicos. As chamadas sementes transgênicas são resultado de uma técnica que utiliza uma parte da biotecnologia para cruzar vegetais e animais, que não se cruzavam na natureza. E isso traz um problema a mais. Ou seja, ninguém tem certeza das conseqüências desse novo produto transgênico, na natureza, no meio-ambiente, na saúde do consumidor e do produtor. Portanto, todas as entidades e movimentos sociais no campo defendem o direito de precaução. Ou seja, qualquer produto, do qual não se tenha certeza absoluta de seus efeitos, deve ser mantido como experimento, sem popularizar, sem disseminar seu cultivo ou sua criação. Isso para evitarmos, para não termos outras surpresas, como foi a história da “vaca louca”, na Europa, que aparentemente aumentava a produtividade do leite, mas acabou em tragédia, com dezenas de mortos e com a enfermidade sem controle.

Há também nas sementes transgênicas o perigo maior: elas eliminam a biodiversidade da natureza, pois a maior parte das sementes transgênicas não consegue conviver com as sementes naturais, misturando-se e transformando o que era natural em transgênico.

Finalmente, todas as pesquisas e sementes transgênicas que já estão disponíveis no mercado, seja no Brasil, seja nos outros países, são sementes que foram alteradas geneticamente apenas para resistir à aplicação de determinados venenos, produzidos pela mesma empresa, sejam fungicidas (caso do milho BT), sejam herbicidas (caso da soja Roundup). Essas sementes foram reprogramadas apenas para produzir se você aplicar o veneno da empresa.

Nenhuma semente seria transformada em semente transgênica, se não fosse pelo uso do agrotóxico, ou apenas

pelo aumento de sua produtividade física, potencializando mais esse tipo de pesquisa.

3.3. Conclusão

Essas são as mudanças que estão em curso em nossa agricultura, e que terão um efeito muito grande no meio rural brasileiro. Afetarão o futuro dos camponeses, da chamada agricultura familiar. Afetarão nossos hábitos alimentares. Afetarão o êxodo rural e a migração. Afetarão o tipo de agroindústrias em nossos municípios do interior.

Nós, do MST e dos movimentos que compõem a Via Campesina, estamos lutando contra esse modelo. Não podemos assistir de braços cruzados a seus efeitos negativos sobre nossa população e sobre a possibilidade de termos uma alternativa.

Nós acreditamos em um outro modelo, um modelo de agricultura voltado para as necessidades da população e não das empresas. Um modelo que traga desenvolvimento e melhoria das condições de vida para quem vive no meio rural, sem precisar sair do interior. Um modelo que gere futuro para nossos jovens e adolescentes do meio rural, cada vez mais desanimados.

Um modelo que represente uma sociedade mais justa, igualitária, fundamentada em outros valores.

Um modelo que proporcione a educação, a escola para todos, inclusive e, sobretudo, para os mais excluídos da escola, que são os que vivem no meio rural. Um modelo que não dependa mais da perua, do transporte escolar, que o jovem e o aluno do seu meio e o leve para a cidade. O transporte escolar faz parte desta mentalidade: de que somente na cidade é possível desenvolver a escola, faz parte desse modelo de dependência.

II. A NATUREZA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

1. O que é o agronegócio

A palavra agronegócio tem um sentido genérico, referindo-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas. Então, um pequeno agricultor quando vende um produto na feira está praticando um agronegócio. Um feirante quando vende frutas e verduras está praticando agronegócio. Esse é o sentido da palavra.

No entanto, aqui no Brasil, a expressão foi utilizada pelos fazendeiros, por intelectuais das universidades e, sobretudo, pela imprensa para designar uma característica da produção no meio rural. Eles denominaram de agronegócio aquelas fazendas modernas, que utilizam grandes extensões de terra, que se dedicam à monocultura, ou seja, que se especializam num só produto, utilizam alta tecnologia, mecanização, às vezes irrigação, pouca mão-de-obra, e por isso falam com orgulho que conseguem alta produtividade do trabalho, com baixos salários, com uso intensivo de agrotóxicos, com uso de sementes transgênicas e, na maior parte dos casos, produzem para a exportação, em especial, cana de açúcar, café, algodão, soja, laranja, cacau, e fazem pecuária intensiva.

Esse tipo de fazenda é chamado de agronegócio.

Mas o que há de novo nesse tipo de fazenda? Muito pouca coisa. Se estudarmos com atenção, é o mesmo tipo de modo de produção que foi utilizado durante a Colônia, nos tempos do modelo agroexportador. Muda-se apenas do trabalhador

escravizado para o trabalhador assalariado e passam a usar técnicas modernas de mecanização e agrotóxicos. Todo o restante continua igual. E mesmo utilizando agora o trabalhador assalariado, os estudos revelam que são os menores salários pagos a trabalhadores brasileiros, em comparação com os salários pagos pela indústria e pelo comércio. E, também segundo estudos, os salários pagos pelas fazendas brasileiras são os mais baixos em comparação com os salários pagos pelas fazendas dos países desenvolvidos ou competidores. Daí, muitos estudiosos brasileiros afirmam que a vantagem comparativa que os fazendeiros brasileiros têm, em relação aos fazendeiros de outros locais, é que, aqui, eles pagam baixos salários para seus empregados e não têm nenhum respeito – e não há nenhum controle por parte do governo – em relação à agressão que promovem ao meio ambiente. Já nos outros países, as fazendas são grandes também, tem alta produtividade física por hectare, maiores que a brasileira, tem menos custo de transporte, mas se obrigam a pagar salários melhores e precisam respeitar o meio ambiente, pois a sociedade mais consciente os vigia.

Portanto, a vantagem dos fazendeiros brasileiros não é nosso clima, nem nossa sabedoria agrícola: é a exploração que impõem aos trabalhadores e o desrespeito ao meio ambiente, praticando uma agricultura predadora; não respeitam o equilíbrio do meio ambiente e não têm nenhuma responsabilidade para com as gerações futuras. Há, por exemplo, inúmeras denúncias, de agrônomos e cientistas, dos estragos que a implantação da soja vem fazendo nos biomas da natureza do cerrado e da pré-Amazônia, em razão da implantação nessas regiões do modo de produzir do agronegócio.

2. A falsa propaganda do agronegócio e sua aliança de classe

Nos últimos anos, os meios de comunicação brasileiros, os grandes jornais e principalmente as televisões, têm feito propaganda sistemática em favor do modelo do agronegócio, como se ele fosse a salvação do Brasil, como se ele fosse o responsável pelo crescimento de nossa economia, pela salvação da política econômica, pela geração de empregos, por uma agricultura moderna e pela produção de alimentos.

Todos esses argumentos utilizados na propaganda não se sustentam numa análise minimamente rigorosa.

Vamos por partes.

- Responsável pelo crescimento econômico do PIB: as atividades agrícolas propriamente ditas, de lavoura e pecuária, correspondem a apenas 12% de toda a produção nacional. Então, mesmo que a agricultura dobre o valor ou o volume de produção, sua influência na economia total é muito pequena. Os propagandistas do agronegócio costumam misturar a agricultura com agroindústria, para dizer que o peso na economia aumenta para 37%. Mesmo assim, o peso e o crescimento da agroindústria não depende da área cultivada, depende do mercado consumidor. Se o povo da cidade tiver dinheiro para comprar mais alimentos, aí, sim, aumenta a agroindústria no Brasil. Portanto, o sucesso da agroindústria depende do valor do salário mínimo e da distribuição de renda na cidade.
- O agronegócio é responsável pelo sucesso da indústria: nada mais fantasioso. No final da década de 1970 e início da década de 1980, no auge da agricultura subordinada à

indústria, e com crédito fácil para expandir a industrialização da lavoura, a indústria nacional de máquinas vendia aos agricultores ao redor de 65 mil tratores por ano, de todos os tipos. Passaram-se trinta anos, implantou-se o agronegócio do neoliberalismo, a venda de máquinas em 2004, no auge do sucesso apregoado, foi de apenas 37 mil unidades. E as indústrias tiveram de vender outras 35 mil unidades para o exterior, para não falirem. Pior: pelos dados do IBGE, no último censo, as fazendas com mais de 2 mil ha tinham no seu patrimônio apenas 35 mil tratores. Por outro lado, as pequenas propriedades, com menos de 200 ha, tinham mais de 500 mil tratores.

- O agronegócio tomou conta da agricultura brasileira: se o agronegócio fosse tão bom, por que não aumenta a área cultivada no Brasil? Desde a década de 1980, a área total cultivada com lavoura temporária não passa de 45 milhões de hectares.
- O agronegócio é a atividade que gera emprego no meio rural. Conforme se pode ver na tabela que vamos apresentar em seguida, pelos dados do IBGE, nas fazendas acima de 2 mil ha há apenas 350 mil trabalhadores assalariados. Menos do que os 900 mil assalariados que a própria pequena propriedade emprega. Ou seja, o modo de produzir da fazenda do agronegócio, que se moderniza permanentemente, expulsa mão-de-obra do campo. Portanto, desemprega em vez de gerar emprego aos trabalhadores.
- O agronegócio pode dar bons lucros ao proprietário da fazenda, mas não significa distribuição de renda para os trabalhadores que produziram naquelas áreas.

- O agronegócio não significa desenvolvimento dos municípios e das economias locais. Todas as regiões nas quais predominam as fazendas do agronegócio, a renda dessas fazendas é levada para os grandes centros. Seja porque a maior parte do seu custo de produção (máquinas, venenos, sementes) vem de outros centros e, portanto, ao pagar esses custos, o dinheiro vai para lá; seja porque o seu proprietário raramente vive sequer na cidade onde se localiza a fazenda. Em geral, ele mora nos grandes centros e, portanto, quanto auferir seu lucro com as exportações, aplica-o nas grandes cidades, em consumo de luxo, apartamentos etc. E, portanto, a riqueza produzida naquele município não é aplicada em benefício da população local. Sequer o “rancho” para seus empregados é adquirido no comércio local, sendo comprado, em geral, em centros mais distantes, onde se compra por preços menores. Por isso, as cidades dominadas pelo agronegócio, ao contrário de se desenvolverem, sofrem com o inchaço provocado pelo êxodo rural, aumentando a pobreza de suas periferias. Cenário completamente distinto das cidades em que predomina a policultura, a produção de alimentos e a pequena agricultura, que mantém e faz girar toda a riqueza no próprio município.

Se essas informações são oficiais e de fato as fazendas do agronegócio não representam solução para os problemas agrícolas e sociais brasileiros, por que então se faz tanta propaganda?

Por uma questão ideológica. Está em curso na sociedade brasileira uma disputa de modelo econômico, e de modelo de

produção agrícola. As fazendas do agronegócio representam a parcela da burguesia nacional que possui ativos na agricultura e que se aliou, ou melhor, que se subordinou ao capital estrangeiro representado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. E essas empresas não só têm interesses no lucro obtido do comércio agrícola internacional e das agroindústrias, como mantêm fortes laços de interesses econômicos e ideológicos com as empresas de comunicação de massas (jornais e televisão). Então, está em curso uma tríplice aliança: entre os fazendeiros do agronegócio, as empresas transnacionais que controlam a agricultura e as empresas de comunicação.

Apenas 10 empresas transnacionais que atuam no Brasil têm o controle monopólico das principais atividades agrícolas do país. São elas: Bunge, Cargill, Monsanto, Nestlé, Danone, Basf, ADM, Bayer, Sygenta e Norvartis. Basta olhar seus comerciais nas televisões e ver o seu grau de envolvimento com os meios de comunicação.

3. As influências do agronegócio no Governo Lula

O governo Lula foi eleito em outubro de 2002 com uma propaganda e compromissos claramente contrários à manutenção da política econômica neoliberal. Portanto, contrários à manutenção da prioridade dada pelo governo FHC ao agronegócio. Todos aqueles que votaram em Lula votaram para que houvesse mudanças. Caso contrário, se quisessem a manutenção da política, teriam votado em Serra.

No entanto, passadas as eleições, o governo Lula se revelou um governo de composição, ambíguo, que, apesar de prometer mudanças no neoliberalismo, se baseou em alianças

de partidos e de classe que ainda defendem o neoliberalismo. E, assim, na política econômica, administrada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, manteve-se a mesma política anterior e com responsáveis claramente identificados com o partido perdedor. Para o Ministério da Indústria e Comércio, que cuida das exportações (mas poderia cuidar do mercado interno), e para o Ministério da Agricultura foram nomeados ministros claramente identificados com o modelo do agronegócio. O Ministro Furlan é sócio da Sadia; o Ministro Roberto Rodrigues possui suas fazendas em Ribeirão Preto e no Sul do Maranhão, que se dedicam ao agronegócio da soja, cana e laranja. E usam seus cargos e ministérios para a defesa da prioridade do agronegócio.

Na política do setor público agrícola, o governo não conseguiu reverter ainda o quadro de abstenção do Estado, na administração da política agrícola.

No crédito rural, houve um esforço do governo para criar o seguro agrícola, que interessa particularmente aos pequenos agricultores. E houve um esforço para aumentar os recursos de crédito destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, que saltaram de 2 bilhões para 5 bilhões de reais. Mas isso não reduziu os recursos – recursos públicos – que estão sendo alocados pelo Banco do Brasil e pelo BNDES para as fazendas que se dedicam à exportação. O próprio Banco do Brasil fez propaganda nos jornais e revistas, mostrando que concedeu um volume de crédito de mais de 5 bilhões de reais para aquelas dez empresas transnacionais que controlam a agricultura e para algumas poucas empresas transnacionais da celulose. Ou seja, menos de 15 empresas receberam o

mesmo volume dos recursos que foram destinados para 4 milhões de agricultores familiares.

Dessa forma, embora o governo tenha se comprometido com a reforma agrária e com o fortalecimento da agricultura camponesa, na prática, os ministérios mais fortes atuam claramente priorizando a agricultura do agronegócio.

4. O debate nos meios acadêmicos e jornais.

O poder de influência do agronegócio é tão grande que afeta também intelectuais e jornalistas, que reproduzem a luta ideológica nos meios universitários e na imprensa. É comum vermos artigos e reportagens cantando em prosa e verso as belezas do agronegócio. Alguns intelectuais, inclusive com origem na esquerda, defendem que a saída para a pequena agricultura seria também entrar no agronegócio. E alguns sindicalistas copiaram mal essa idéia e chegam a falar em “agronegocinho”. Não percebem que, de fato, há uma luta entre dois modos de organizar a produção agrícola em nossa sociedade. O modo do agronegócio, que já descrevemos acima, que se baseia na grande propriedade, modernizada, quase sem trabalhadores, usando todo tipo de agrotóxico, monocultura, que não respeita o meio ambiente. E, de outro lado, a agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares, menores, que se dedicam à policultura (produzem vários produtos), que se dedicam à produção de alimentos, dão trabalho a milhares de pessoas, da família e de fora da família, que produzem e desenvolvem o mercado local e interno.

Alguns chegam a argumentar que é possível a convivência dos dois modelos. É apenas uma forma envergonhada de defender o agronegócio. É claro que sempre haverá unidades

de produção maiores, e que se dedicam à exportação. O que se trata na verdade é de identificar que tipo de prioridade, que tipo de política agrícola o governo e a sociedade defendem.

A nossa sociedade vai usar a terra e a agricultura para produzir alimentos, distribuir renda e fixar o homem no território? Ou vai entregar as terras para as grandes fazendas, que vão expulsar a população, vão ganhar muito dinheiro e dar prioridade para a exportação?

Essa é a verdadeira disputa.

É por essa razão que os representantes do agronegócio atacam tanto a reforma agrária. Aparentemente, a reforma agrária não tem nada a ver com o agronegócio. Afinal, se o agronegócio possui fazendas produtivas, elas estão a salvo da desapropriação. Então, por que o agronegócio ataca a reforma agrária, até por intermédio dos ministros da Agricultura e da Fazenda?

Por duas razões: primeiro, porque eles sabem que a reforma agrária fortalece o modelo contrário de ocupação da terra e de produzir na agricultura. Portanto, enfraquece o agronegócio.

Em segundo lugar, porque eles estão de olho no latifúndio improdutivo, do qual também são proprietários. Em vez de distribuir o latifúndio para ter uma função social na sociedade, gerar emprego, distribuir renda e ser utilizado para a melhoria das condições de vida de nosso povo, eles preferem manter essas áreas, hoje ocupadas pelo latifúndio (que em geral são deles próprios), como uma espécie de reserva de valor, para especulação ou para futura expansão de suas fazendas modernizadas.

Portanto, não é possível compatibilizar os dois modelos. Eles poderão conviver por muito tempo, mas, do ponto de vista de proposta para a nossa sociedade, você precisa se definir: ou defende a forma do agronegócio, ou defende a agricultura camponesa e a fixação do homem no campo.

E ainda há este agravante: definir-se pelo modo de produzir do agronegócio é aceitar também o modelo econômico neoliberal dominado pelos bancos e pelas transnacionais.

Como diz o ditado popular, não se pode “acender uma para Deus e outra para o diabo”.

5. O peso real do agronegócio na nossa sociedade

Fruto da propaganda feita na televisão, nas universidades e na sociedade em geral muitas pessoas estão mal informadas achando que o agronegócio já é o responsável por toda produção agrícola brasileira e, portanto, é bobagem defender a agricultura camponesa e a reforma agrária.

Pois bem, técnicos e estudiosos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, do Incra, do Ipea, de todos os organismos do governo, e também vinculados a diversas universidades prepararam o Plano Nacional de Reforma Agrária. Para preparar o plano, utilizaram-se dos últimos dados estatísticos oficiais recolhidos pelo IBGE, no censo agropecuário de 1996, e pelo cadastro do Incra de 2003.

A partir desses dados, como membro da equipe do Plano Nacional de Reforma Agrária, o professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, da USP (Universidade de São Paulo), organizou a tabela abaixo, que compara três níveis diferentes de tamanho de propriedade no Brasil.

Como todos sabem, a lei de reforma agrária mudou o conceito que havia para classificação dos imóveis agrícolas. Antes, havia minifúndio, empresa rural e latifúndio. Agora, a lei mudou para pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, sendo que cada tipo de imóvel rural é medido por módulos. Para uma área de até 5 módulos, temos a pequena propriedade; para uma área de 5 a 15 módulos, temos a média propriedade; para uma área acima de 15 módulos, temos a grande propriedade. E o Incra dá o indicador, em hectare, da área de um módulo por região. Assim, uma pequena propriedade na Amazônia pode ter 300 ha; já na região de Campinas-SP, uma pequena propriedade pode ter até 5 ha. O professor Ariovaldo aplicou então os critérios da lei, que mede em módulos e depois em hectares, e estabeleceu uma média para cada região. E organizou uma tabela nacional, aglutinando o que seriam os estabelecimentos tidos como pequena propriedade: todos aqueles com até 200 ha (mas isso deu uma média de até 31 ha); os estabelecimentos de média propriedade seriam aqueles que teriam entre 200 e 2 mil ha (e que deu uma média de 300 ha); e os estabelecimentos da grande propriedade, que teriam uma área acima de 2 mil ha (e deu uma média de 4 mil ha).

Na tabela abaixo, apresentamos então o peso de cada setor de produção no total da agricultura brasileira.

Veja o que cada setor produz, quanta gente emprega, quantas máquinas agrícolas tem etc., e tire suas próprias conclusões.

**TABELA COMPARATIVA DA AGRICULTURA CAMPONESA COM A
GRANDE PROPRIEDADE DO AGRONEGÓCIO**

Indicadores Tamanho (lei)	Pequena - Familiar até 200ha	Média Propriedade 200 a 2000ha	Grande - Agronegócio mais de 2000
Imóveis INCRA	3.895.968	310.158	32.264
Estabelecimentos do IBGE	4.318.861	252.154	20.854
Área Total	122.948.252	164.765.509	132.631.509
Média tamanho	31	531	4.110
Pessoal Ocupado	12.956.214 (95%)	565.761 (4%)	45.208 (0,3%)
Assalariados	994.508	1.124.356	351.942
Número de tratores	510.395	227.768	65.445
Localização dos Caminhões	59%	25%	6%
Uso adubo no estabelecimento	38%	44%	41%
Uso de Agrotóxico	65%	94%	95%
Uso de Irrigação	6%	9%	6%
Distribuição crédito disponível 32 bilhões	41%	37%	23%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL

PRODUTOD PARA EXPORTAÇÃO

Indicadores	Pequena - Familiar	Média Propriedade	Grande - Agronegócio
Algodão	55%	30%	15%
Cacau	75%	24%	1%
Café	70%	28%	2%
Cana-de-açúcar	20%	47%	33%
Laranja	51%	38%	11%
Soja	34%	44%	22%

PRODUTOS MERCADO INTERNO E ALIMENTÍCIO

Indicadores	Pequena - Familiar	Média Propriedade	Grande - Agronegócio
Algodão arbóreo	76%	20%	4%
Arroz	39%	43%	18%
Banana	85%	14%	18%
Batata inglesa	74%	21%	5%
Feijão	78%	17%	5%
Fumo	99%	1%	zero
Mamão	60%	35%	5%
Mandioca	92%	8%	zero
Milho	55%	35%	10%
Tomate	76%	19%	5%
Trigo	61%	35%	4%
Uva	97%	3%	zero

PRODUÇÃO ANIMAL E DE PRODUÇÃO

Indicadores	Pequena - Familiar	Média Propriedade	Grande - Agronegócio
Animais de grande porte	46%	37%	17%
Animais de médio porte	86%	13%	1%
Animais de pequeno porte e aves	85%	14%	1%

PRODUÇÃO ANIMAL REBANHO

Indicadores	Pequena - Familiar	Média Propriedade	Grande - Agronegócio
Bovinos	58 milhões (38%)	62 milhões (40%)	33 milhões (22%)
Produção leite - mil litros	12.280.053 (72%)	4.765.434 (27%)	342.338 (2%)
Suínos	24.214.741 (87%)	3.068.929 (11%)	472.069 (2%)
Avicultura - mil	630.058(88%)	82.128(11%)	6.009 (1%)
Ovos - mil dúzias	1.495.743 (79%)	348.511 (18%)	40.885 (2%)

Fontes:

1. Dados organizados pelo professor Ariovaldo de Oliveira (USP) a partir dos estudos do Plano Nacional da Reforma Agrária, com base nos dados estatísticos do INCRA (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário 1995-96)
2. Classificação das Propriedades: pequena, média e grande, a partir da Lei Agrária de 1993, que determina pequena propriedade até 5 módulos regionais, média propriedade de 05 a 15 módulos regionais, e grande propriedade acima de 15 módulos regionais, do INCRA. A estimativa só tamanha por módulo, foi feita pelo Prof. Ariovaldo Oliveira.
3. Segundo PNRA, existem 54.781 imóveis acima de 15 módulos classificados como Grande propriedades improdutiva, totalizando uma área de 120.436.202 hectares.

III. AS PERVERSIDADES DO AGRONEGÓCIO

1. Denúncias contra fazendeiros do agronegócio

Vejam, a seguir, informações sobre os “grandes produtores” do Brasil que saíram na imprensa. Isso demonstra que, do ponto de vista social e ético, muitos grandes fazendeiros não têm nenhum compromisso com seus empregados – pois há diversos casos constatados de trabalho escravo – muito menos com a sociedade e com o meio ambiente.

1.1. Família Mutran, da região de Marabá – Pará

A família Mutran é a maior exportadora de castanha-do-pará do país. Os Mutran são donos de diversas fazendas, de origem duvidosa, na região Sul do Pará. Acabam de ser multados, pelo Ministério do Trabalho, em R\$ 1.350.440,00, por comprovação e reincidência de trabalho escravo em suas fazendas.

Em 1992, o chefe da família e então deputado estadual Osvaldo dos Reis Mutran, o Vavá Mutran, assassinou a sangue frio um fiscal de ICMS, porque havia detido um de seus caminhões carregado de gado, sem nota fiscal. Mutran foi condenado a 10 anos de reclusão por matar o fiscal. Ele cumpriu parte da pena e foi solto pela Justiça. Em 2002, foi preso em flagrante, acusado de matar um menino de 8 anos com um tiro na cabeça.

Fontes: Agência Folha, 2 de agosto de 2004

Folha de S.Paulo, 6 de dezembro de 2002

1.2. O maior produtor brasileiro de feijão – Minas Gerais

O fazendeiro Norberto Mânica é dono de diversas fazendas na região de Unaí, Minas Gerais. Em uma de suas fazendas, os fiscais do Ministério do Trabalho haviam encontrado trabalho escravo. Ele foi notificado, mas não deu bola. Quando os fiscais foram fazer a segunda vistoria e lavar o auto de infração, em janeiro de 2004, ele encontrou uma solução “melhor”: mandou assassinar os 3 fiscais e o motorista do Ministério que os acompanhava. Os fiscais Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage e Erastótenes de Almeida Gonçalves, e seu motorista, Ailton Pereira de Oliveira, foram mortos no dia 28 de janeiro quando pararam em uma estrada para pedir informações. Estão presos 4 pistoleiros que os assassinaram (Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda), os dois agenciadores (Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro) e agora o próprio fazendeiro.

Fonte: Folha de S.Paulo, 7 de agosto de 2004

1.3. Maior produtor de algodão do país – Goiás

Wander Carlos de Souza, prefeito de Acreúna, em Goiás, pelo PMBD, é dono de diversas fazendas e se orgulha de, somada a produção das mesmas, ser agora o maior produtor de algodão do Brasil. O fazendeiro acumula 12 mil ha de algodão e 8 mil ha de soja em vários municípios de Goiás. No mês de maio, ele foi à exposição do agribusines em Ribeirão Preto, lá comprando 18 colheitadeiras novinhas, com dinheiro do “Moderfrota” do BNDES. Resultado: trocou os trabalhadores pelas máquinas e, em uma semana, desempregou

nada menos do que 2 mil trabalhadores. A maioria desses trabalhadores está agora acampada, em acampamentos do MST, na beira das estradas de Goiás.

Em 2003, nas fazendas Tatuibi e Rio Fontoura, ambas em São Félix do Araguaia e pertencentes ao prefeito, foram encontrados 125 trabalhadores sem registros – 80 deles na condição de escravos.

Fontes: Folha de S.Paulo, 16 de junho de 2003

Carta Maior, 22 de julho de 2003

1.4. Um dos maiores fazendeiros de Rondônia...

O fazendeiro Ernandes Amorim, ex-prefeito da cidade de Ariquemes-RO (agora a prefeita é sua filha, Daniela Amorim) e ex-senador pelo Estado, é considerado um dos maiores fazendeiros da Rondônia. Acaba de ser preso pela Polícia Federal. Acusação: desvio de dinheiro público, grilagem de terras públicas, formação de empresas fantasmas e exploração de garimpo em área indígena. Um dos indícios apresentados como prova pela Polícia federal é que esse “modesto” fazendeiro declarou no imposto de renda ter um patrimônio de apenas 150 mil reais, na declaração relativa a 2002, mas, somente em uma de suas contas bancárias, havia um depósito de 3,3 milhões de reais. Está preso no presídio Urso Branco desde o dia 6 de agosto

Fontes: O Estado de S. Paulo, 7 de agosto de 2004

Folha de S.Paulo, 6 de agosto de 2004

1.5. A maior exportadora mundial de celulose – Aracruz – Espírito Santo

A Aracruz concentrou no Norte do Espírito Santo mais de 60 mil ha, comprando a rica região de mata atlântica, de pequenos e médios produtores, para instalar uma floresta homogênea de eucalipto, que agora os cientistas chamam de “deserto verde”, pois não se reproduz mais nenhum tipo de vida, além do eucalipto.

Mas, além dos 60 mil ha acumulados, a empresa roubou nada menos do que 10 mil ha da última reserva dos índios guaranis, que vivem na miséria confinados num pequeno espaço. Em anos recentes, os guaranis reocuparam sua área, embora esteja cheia de eucalipto, e a Justiça federal determinou então que a empresa pagasse uma indenização anual para a tribo, pelo uso ilegal de suas terras. Mas as terras ainda não foram devolvidas.

No dia 2 de abril de 1998, os índios assinaram acordo denominado “Termo de Ajustamento de Conduta”, com validade de 20 anos. No termo, assinado também pelo presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), por representantes da Aracruz Celulose e por representantes do Ministério Público Federal (que tem por dever constitucional a defesa dos direitos e interesses indígenas), os índios “consentem” em trocar os limites de suas terras tradicionalmente ocupadas por soma em dinheiro e projetos assistenciais a serem fornecidos pela Aracruz Celulose.

A Aracruz é uma empresa composta de capital do BNDES, da Souza Cruz e de grupos de celulose da Inglaterra.

O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Safra, Lorentzen e Votorantim (28% do capital votante cada)

e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12,5%). As ações preferenciais da empresa, perfazendo 56% do total do capital, são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York e Madri.

Suas operações florestais alcançam os Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com aproximadamente 247 mil ha de plantios de eucalipto.

Fonte: Conselho Indigenista Missionário – Cimi

1.6. Usina Santa Cruz, de Campos (RJ), tem trabalho escravo

Em uma operação conjunta com o Ministério Público e a Polícia Federal, o Ministério do Trabalho comprovou a prática de trabalho escravo na Usina Santa Cruz. O procurador do trabalho Wilson Prudente disse que a operação foi desencadeada a partir de denúncia feita por um dos empregados, que conseguiu escapar e chegar à Delegacia de Trabalho de Campos. A partir da comprovação da prática de trabalho escravo, o Ministério do Trabalho deu entrada com uma ação civil pública com pedido de indenização por danos morais coletivo no valor de 5 milhões de reais, contra o Grupo José Pessoa. A Justiça já obteve, inclusive, a liminar que coloca indisponíveis os bens da empresa.

Fontes: Folha de S.Paulo

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52296.shtml>

1.7. O maior latifúndio do mundo

Apenas uma empresa, a construtora CR Almeida Construtora, de Curitiba, adquiriu 4 milhões de hectares de terras públicas no Estado do Pará. Isso representa o maior latifúndio do mundo, o equivalente a um país do tamanho da Dinamarca. A área inclui parte da reserva caiapó.

O fato de uma empresa construtora ser a maior proprietária de terras no país já é emblemático. As terras estão registradas em cartório e, por sua enorme extensão, dizem que dentro há reservas indígenas (ainda não homologadas), povoados de posseiros e dois postos da Polícia Rodoviária Estadual. É a aliança entre as empresas modernas, de construção, com o latifúndio e o agronegócio.

O negócio só veio a público porque a empresa disputou a concessão de uma televisão a cabo com o Grupo Abril – e a revista *Veja*, da mesma editora, fez a denúncia.

2. Escravidão: paradigma do agronegócio?

Xavier Plassat¹
e José Batista Afonso Gonçalves²

“ONGs ideologicamente atrasadas, financiadas por recursos dos países ricos, insistem em afirmar que o trabalho escravo é a principal forma de emprego na agricultura brasileira. Essas acusações se intensificam justamente num momento em que o Brasil, impulsionado pelo agronegócio, aumenta sua participação no comércio mundial. É preciso que se dê um basta às denúncias equivocadas de trabalho escravo no campo.”

João de Almeida Sampaio Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira. (O Estado de S. Paulo, 8 de dezembro de 2004)

“Vossas Excelências sabem que não tenho e nunca tive um palmo de terra. E não tenho aqui procuração para defender quem as tem, seja em latifúndio ou em pequenas propriedades.” Pura coincidência, portanto, encontrar no site da SOS Propriedade a íntegra do discurso pronunciado, em 2 de março de 2004, pelo deputado Severino Cavalcanti (PP/PE), então segundo-secretário da Câmara dos Deputados, hoje presidente da mesma, sendo o terceiro na hierarquia de comando do país. *“Não vamos resolver os problemas do campo e do desemprego ameaçando produtores e fazendeiros com o confisco de terras no caso das muitas e controversas versões de ‘trabalho escravo’. O medo de ter um nome da família colocado à execração pública já vem levando muitos produtores a*

¹Coordenação da campanha da Comissão Pastoral da Terra (CPT) *De olho aberto para não virar escravo*

²Coordenação Nacional da CPT

mudarem de ramo, deixando para trás uma legião de famílias de desempregados.”

É impressionante como a ‘visão’ de uma agricultura brasileira injustamente perseguida por um Estado que cobra o impossível, sem ter noção das reais condições de nosso interior, vem aos poucos ganhando força e arautos nas esferas de certa elite. Isso, em um país que, de poucos anos para cá, teve a lucidez e a coragem de reconhecer perante si e a comunidade internacional a sobrevivência da chaga da escravidão em seu meio e de aprovar um plano de Estado visando sua rápida erradicação.

Não são poucos os adeptos do ‘negacionismo’. Dia 14 de junho de 2004, ao defender a memória de seu amigo João Rosa, como ele do Tocantins, “cidadão honesto e cumpridor da lei, levado ao desvario de tirar a própria vida” pela implacabilidade dos fiscais, por tratar ainda seus peões “à moda antiga”, o senador João Ribeiro, em emocionante discurso, advogou sutilmente em causa própria. Foram libertados 35 escravos, em janeiro de 2004, de sua propriedade, a fazenda Ouro Verde, em Piçarra-PA, o que lhe valeu denúncia criminal pelo procurador-geral da República e condenação da Justiça do Trabalho a pagar indenização de R\$ 760 mil por danos morais coletivos.

Segundo Cláudio Fonteles, procurador-geral da República, “a repugnante e arcaica forma de escravidão por dívidas foi o meio empregado pelos denunciados para impedir os trabalhadores de se desligarem do serviço”. Por sua vez, o vice-presidente da República, José Alencar – não contente em prestar apoio ostensivo ao candidato a prefeito de Unaí-MG, Antério Mânica, apontado como mandante da chacina dos fiscais do trabalho ocorrida em 28 de janeiro de 2004 naquele município (mesmo assim eleito com mais de 72% dos votos)

– ainda teve oportunidade de precisar seu pensamento, dia 26 de agosto passado, perante o 6º Congresso de Agronegócio da Sociedade Nacional da Agricultura:

“Não posso dizer que haja trabalho escravo. Há trabalho degradante. Escravo é quem não tem liberdade e tem dono. É preciso não haver condenação contra o setor agrícola moderno sem apuração”, afirmou, em discurso alinhado com o do presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, ou do ex-ministro da Agricultura do governo FHC, Pratini de Moraes. Para Salvo, a acusação de trabalho escravo, “além de mentirosa, degrada nossa imagem no exterior”.

Blairo Maggi, maior produtor individual de soja no mundo e atual governador do Mato Grosso, afirma: “Não conheço o trabalho escravo em Mato Grosso, mas já vi trabalhadores em situação degradante”... ao lançar, mesmo assim, a campanha estadual “Cidadania Sim, Trabalho Escravo Não”.

Não faltam políticos com experiência no ramo: Jorge Sayed Picciani, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com fazenda flagrada em Mato Grosso (Vale do Suiá, 39 resgatados, junho de 2003); José Braz da Silva, ex-prefeito de Unai (“Eu me lixo com isso” foi seu comentário, ao ser condenado por prática de trabalho escravo no Pará: fazenda Boa Esperança, dezembro de 2002); Francisco Donato Linhares de Araújo Filho, ex-deputado piauiense, atual prefeito de Uruçuí, ex-secretário de Agricultura (fazenda sem nome, São Félix do Xingu-PA, 60 alcançados, agosto de 2001); Dejandir Dalpasquale, deputado catarinense, ex-ministro da Agricultura (1993), ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (fazenda Santa Catarina, Campos

Lindos-TO, 25 resgatados, fevereiro de 2001); Augusto Farias, ex-deputado federal, que chegou a ter prisão decretada, por escravidão na sua fazenda Santa Ana, no Pará (99 resgatados, fevereiro de 2002); e Inocêncio Oliveira, deputado, recém-eleito Primeiro-secretário da Câmara. Condenado em primeira instância pela Justiça do Trabalho, em ação civil do Ministério Público do Trabalho, por ter, em 2002, mantido na fazenda Caraíbas, em Gonçalves Dias-MA, 53 trabalhadores em condição análoga à escravidão; aguarda julgamento de recurso no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.

Denunciado criminalmente por Cláudio Fonteles – que tirou o caso do arquivamento determinado por seu predecessor, Geraldo Brindeiro –, Inocêncio deve responder na Justiça Federal. O STF, de quem depende a decisão de julgar o deputado, em razão de sua imunidade parlamentar, em breve deve se pronunciar. Possivelmente, em favor do rearquivamento. Citando Geraldo Brindeiro, a ministra-relatora Ellen Gracie alega a inexistência de algemas, com o intuito de descaracterizar o crime de trabalho escravo. O relatório da fiscalização aponta exatamente o oposto, mostrando que a fazenda Caraíbas possuía todas as características que definem a servidão por dívida.

Acompanhados por procuradores do trabalho e policiais federais, fiscais do trabalho libertaram, ano passado, 2.745 escravos retidos em 214 fazendas e/ou carvoarias do país (987 libertados no Pará, 371 no Tocantins, 316 no Mato Grosso), e mais de 13.500 nos últimos 10 anos. Campeões: Pará, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Tocantins.

Visivelmente, o deputado Severino Cavalcanti, a ministra Ellen Gracie, as organizações profissionais ruralistas e outros

mais no país custam a enxergar as formas contemporâneas de escravidão – a chamada servidão por dívida, claramente apontada pelos fiscais em cerca de 1.000 ações de resgate, 80% delas realizadas nos últimos três anos. Ou não querem ver a situação, produto combinado da miséria, da ganância e da impunidade. As algemas encontraram nos dias de hoje vários substitutos, tais como endividamento compulsório, confinamento geográfico, retenção de documentos, ameaças e tortura psicológicas, espancamentos ‘exemplares’ e mortes de trabalhadores.

Fingem não ver a CNA, autora de uma ação de inconstitucionalidade contra a lista suja do Ministério do Trabalho. Os quatro juízes federais que, em decisões recentes, mandaram retirar o nome de sete fazendeiros dessa lista também não querem vê-la. Um deles, Dr. Francisco de Assis Garcês Junior, juiz federal substituto em Marabá, acumula decisões ‘visionárias’: revogou a prisão do fazendeiro ‘Branquinho’, grileiro e escravista, autor de ameaças de morte contra procurador da República, agentes de pastoral e trabalhadores; concedeu liminar suspendendo da lista suja a inscrição de quatro fazendas já flagradas com escravos; desmembrou sistematicamente os processos suscetíveis de levar à Justiça Federal acusados de trabalho escravo, a fim de engavetá-los na Justiça comum etc.

No quadro esboçado, não é de estranhar que nenhum dos modernos feitores tenha sofrido sentença de prisão e que menos de 10 condenações penais tenham ocorrido nos últimos 10 anos. Não é de estranhar também, nessa altura, que o mandante da morte da irmã Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, também tenha sido flagrado com 13 escravos em Anapu, em junho passado (fazenda Rio Verde,

ação conjunta Ibama/ PF/ MPT/ Fiscais do Trabalho), continuando até hoje fora do alcance da Justiça (cf. Agência Brasil, 19/2/05).

Diz-se que a erradicação do trabalho escravo tem status de ‘meta presidencial’, de cumprimento prioritário até o final do mandato do presidente Lula. Apesar das 76 metas do plano de erradicação, aprovado em março de 2003 pelo governo federal, metade delas ainda no papel, as causas estruturais da escravidão atual – a concentração e exclusão da terra, o rolo compressor do modelo agroexportador excludente, a secular impunidade de quem lucra – permanecem imunes ao combate anunciado, quando não são reforçadas pela incoerência, pelo vacilo, senão pela obstrução, dos governantes, dos parlamentares e de certos juízes.

O apoio aberto e ilimitado dado a este modelo predador das matas e dos cerrados, da água e da vida, em nome do sacrossanto superavit e da ganância dos seus promotores, aniquila qualquer alternativa realista de inclusão social de milhões de migrantes, sem-terra e bóias-frias, fadados a continuar trabalhando à moda antiga. Restam 22 meses para vencer a queda de braço empreendida contra o Estado pela ala mais cega do setor ruralista brasileiro (latifúndio recauchutado em agronegócio), e seus prepostos no Congresso, na Justiça e no Palácio.

Reforma agrária? Desenvolvimento sustentável e socialmente justo? Paradigmática será a efetivação das ações hoje anunciadas para a Terra do Meio. Paradigmática seria a votação, até hoje postergada, da proposta de emenda constitucional prevendo o confisco das terras dos escravistas modernos. Mas, quanto a isso, nosso Severino já se posicionou: “essa PEC vai pro lixo”. Assunto encerrado?

